

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA TÉCNICA DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CAMBORIÚ E BACIAS CONTÍGUAS – COMITÊ CAMBORIÚ

Art. 1º. Este Regimento Interno estabelece as disposições de organização e funcionamento da Câmara Técnica do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contíguas, doravante denominada CT, que reger-se-á em conformidade com a legislação federal e estadual que regula a matéria, observadas as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina – CERH.

Art. 2º. Para efeito deste Regimento Interno, considera-se:

I – organização: grupo, coletividade, entidade pública ou entidade privada, dotada de personalidade jurídica, passível de participação nas diferentes instâncias de um Comitê de Bacia Hidrográfica;

II – organização-membro: organização integrante do Comitê Camboriú;

III – representante: pessoa física indicada por organização-membro para representá-la na Câmara Técnica;

IV – representante legal: pessoa física a quem o contrato social, estatuto de funcionamento e/ou portaria específica confere poderes para representar uma organização;

V – instituição externa: empresa, organização não governamental, profissional liberal, órgão público municipal, estadual e/ou ente federado a quem a Câmara Técnica pode se comunicar, via Secretaria Executiva do Comitê ou receber requerimentos de parecer.

VI – maioria simples: voto concordante da maioria dos presentes, sendo representado por metade mais um dos votantes presentes;

VII – requerimento de parecer: documento a ser protocolado na Secretaria Executiva do Comitê Camboriú, pelo próprio Comitê, via Assembleia Geral ou Presidência, ou por instituição externa, que deverá formalizar o pedido à Câmara Técnica de emissão de parecer.

VIII - parecer: documento técnico no qual a Câmara Técnica registra sua análise e deliberação acerca dos documentos apresentados via requerimento de parecer.

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA SEDE DA CÂMARA TÉCNICA

Seção I Da Natureza

Art. 3º. A Câmara Técnica é um organismo de caráter consultivo, vinculado à Assembleia Geral, com função de assessoramento técnico-científico e institucional ao Comitê de Bacia Hidrográfica, visando subsidiar a tomada de decisões da Assembleia Geral.

Parágrafo único. A área territorial e técnica de atuação da Câmara Técnica é a mesma do Comitê Camboriú.

Seção II Da Sede

Art. 4º. A sede da Câmara Técnica é a mesma do Comitê Camboriú.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA TÉCNICA

Art. 5º. Compete à Câmara Técnica, conforme o disposto no art. 3º da Resolução nº 008 do Comitê Camboriú, de 11 de março de 2024, a saber:

I – analisar as propostas e estudos que lhe forem encaminhados pela Secretaria Executiva do Comitê Camboriú e emitir posicionamentos, mediante elaboração de parecer;

II – submeter o parecer à decisão da Assembleia Geral do Comitê;

III – elaborar, relatar e encaminhar propostas de deliberações, resoluções, moções e/ou decisões à Assembleia Geral, por meio da Secretaria-Executiva, acompanhadas de parecer técnico, observada a legislação pertinente;

IV – solicitar aos órgãos e entidades do Sistema Nacional ou Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da Secretaria Executiva do Comitê, manifestação sobre assunto de sua competência;

V – solicitar à Secretaria Executiva do Comitê o convite de especialistas para assessorá-la em assuntos de sua competência;

VI – criar Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para tratar de assuntos específicos;

VII – propor à Secretaria Executiva a realização de reuniões conjuntas com Grupos de Trabalho da Câmara Técnica e com instâncias técnicas e de assessoramento de outros colegiados formuladores e reguladores de políticas públicas;

VIII – outras competências a serem estabelecidas em resolução específica em Assembleia Geral.

§ 1º. Os ofícios encaminhados pela Câmara Técnica para instituições externas deverão ser assinados conjuntamente pelo seu Coordenador e pelo Presidente do Comitê.

§ 2º. Na hipótese de realização de reunião conjunta entre Grupos de Trabalho da Câmara Técnica do Comitê, prevista no inciso VII deste artigo, os encaminhamentos serão definidos por consenso ou pelo voto da maioria simples do total de representantes dos Grupos de Trabalho da Câmara Técnica presentes na reunião.

§ 3º. As reuniões conjuntas da Câmara Técnica do Comitê e instâncias técnicas e de assessoramento de outros colegiados, previstas no inciso VII deste artigo,

destinam-se a promover a discussão integrada de matérias de interesse de ambos os colegiados.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA

Art. 6º. A Câmara Técnica é composta por 3 (três) a 7 (sete) organizações-membro integrantes do Comitê Camboriú, com direito a voz e voto, que se farão representar por meio de:

I – representante titular ou suplente de organização-membro do Comitê;

II – outro integrante de organização-membro do Comitê que não seja seu representante titular ou suplente; ou,

III – representante externo, desde que indicado formalmente por uma das organizações-membro do Comitê.

§1º. Cada organização integrante da Câmara Técnica indicará seus representantes titular e suplente, informando à Secretaria Executiva do Comitê seus nomes, qualificação, número de conselho de classe, se houver, e contatos eletrônico e telefônico.

§2º. A função de representante de organização-membro na Câmara Técnica não será remunerada, sendo o seu exercício considerado serviço relevante.

§3º. Cabe às organizações-membro informar, por escrito, à Secretaria Executiva do Comitê Camboriú, os nomes e quaisquer eventuais alterações no seu quadro de representantes.

Art. 7º. A composição com as organizações integrantes da Câmara Técnica será estabelecida em Resolução da Assembleia Geral do Comitê.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA TÉCNICA

Seção I Da Estrutura

Art. 8º. A Câmara Técnica dispõe da seguinte estrutura organizacional:

I – Plenária;

II – Coordenação;

III – Relatoria.

Seção II Da Plenária

Subseção I Da Composição

Art. 9º. A Plenária é o órgão deliberativo da Câmara Técnica e é composta pelos representantes das organizações-membro previstas no artigo 6º desse Regimento Interno.

Subseção II Das Competências

Art. 10. Compete à Plenária:

- I** – discutir e deliberar assuntos de competência da Câmara Técnica;
- II** – eleger o Coordenador e o Relator da Câmara Técnica;
- III** – aprovar o relatório anual de atividades da Câmara Técnica a ser entregue ao Comitê;
- IV** – propor à Assembleia Geral do Comitê alterações, quando necessário, neste Regimento Interno;
- V** – outras ações, atividades e atribuições estabelecidas em lei ou regulamento ou que lhes forem delegadas pelo Comitê Camboriú.

Art. 11. Aos representantes de organizações-membro compete:

- I** – comparecer às reuniões;
- II** – debater e deliberar as matérias que forem submetidas à Câmara Técnica;
- III** – requerer informações, providências e esclarecimentos ao Coordenador e ao Relator;
- IV** – pedir vista de matéria, observado o disposto no artigo 20 deste Regimento Interno;
- V** – apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados, quando couber;
- VI** – observar, em suas manifestações, as regras de convivência e do decoro;
- VII** – solicitar ao Coordenador a convocação de reuniões extraordinárias, na forma prevista neste Regimento Interno;
- VIII** – votar e ser votado para os cargos previstos neste Regimento Interno;
- IX** – indicar, quando necessário, pessoas ou representantes de entidades públicas ou privadas, para participarem de reuniões específicas da Câmara Técnica, com direito à voz e sem direito a voto, obedecidas as condições previstas neste Regimento Interno;
- X** – justificar a ausência, com antecedência, à Relatoria, no caso da impossibilidade de comparecimento às reuniões.

Subseção III Da Convocação das Reuniões

Art. 12. A Plenária reunir-se-á:

- I** – por convocação do Coordenador; ou
- II** – a requerimento de, pelo menos, 1/3 (um terço) de suas organizações-membro.

Parágrafo único. Na primeira reunião do ano deve, obrigatoriamente, constar da Ordem do Dia, o relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior, para posteriormente ser submetido à Assembleia Geral do Comitê.

Art. 13. As reuniões da Plenária serão convocadas por edital.

§1º. O edital de convocação das reuniões da Plenária indicará expressamente data, hora e local em que será realizada a reunião, bem como a Ordem do Dia.

§2º. Ao edital de convocação será dada ampla divulgação no Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina – SIRHESC.

§3º. A convocação, juntamente com a Ordem do Dia, será encaminhada aos representantes das organizações-membro, em via eletrônica.

§4º. Os documentos relativos à matéria constante da Ordem do Dia serão enviados aos representantes das organizações-membro da Câmara Técnica com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Art. 14. A Ordem do Dia das reuniões da Plenária será elaborada pela Relatoria e dela deverá constar:

- I** – abertura da sessão e leitura da Ordem do Dia;
- II** – leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- III** – leitura dos expedientes e das comunicações;
- IV** – deliberações;
- V** – encerramento.

Parágrafo único. A Relatoria deverá submeter a Ordem do Dia à aprovação do Coordenador antes de publicar a convocação da reunião da Plenária.

Art. 15. As convocações para as reuniões da Plenária serão efetuadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da sua realização.

Subseção IV Da Realização das Reuniões

Art. 16. As reuniões da Plenária serão públicas, devendo ser realizadas em qualquer um dos municípios da área de atuação da Câmara Técnica, desde que este seja previamente escolhido e aprovado pela Plenária.

Art. 17. A Câmara Técnica reunir-se-á em sessão pública, a qual será instalada com a presença de, no mínimo, cinquenta por cento de seus integrantes.

§1º. Cabe à Coordenação convocar as reuniões da Câmara Técnica.

§2º. A participação nas reuniões será registrada por meio de lista de presença.

§3º. As discussões relevantes e todas as decisões tomadas nas reuniões da Câmara Técnica serão registradas em ata.

Art. 18. As reuniões da Plenária serão conduzidas conforme estabelecido na Ordem do Dia, observando-se o disposto no art. 14 deste Regimento Interno.

Art. 19. As decisões da Câmara Técnica serão tomadas por consenso ou pela votação da maioria simples de seus participantes presentes, incluindo o seu Coordenador, a quem cabe o voto de qualidade.

§1º. Nas votações da Câmara Técnica, cada organização-membro terá direito a um voto, mesmo que estejam presentes seus representantes titular e suplente.

§2º. A matéria a ser submetida à apreciação da Plenária será constituída de temas vinculados à competência da Câmara Técnica, encaminhadas via requerimento de parecer, cujas deliberações serão manifestadas por meio de pareceres.

§3º. Os pareceres serão datados e numerados sequencialmente, independentemente do ano, cabendo à Relatoria corrigi-los, quando couber, ordená-los, indexá-los e publicá-los no Sistema de Informações de Recursos Hídricos de Santa Catarina– SIRHESC.

Art. 20. É facultado a qualquer representante de organização-membro em exercício de titularidade na Câmara Técnica, mediante requerimento ao Coordenador, solicitar:

I – vista, devidamente justificada, de matéria ainda não apreciada pela Plenária;

II – urgência na apreciação pela Plenária de qualquer matéria não constante da Ordem do Dia.

Art. 21. Os relatórios de trabalho e os pareceres técnicos serão apresentados à Assembleia Geral do Comitê pelo Coordenador ou, em caso de seu impedimento, por integrante da Câmara Técnica a quem ele designar.

Parágrafo único. Ao final de cada exercício, a Câmara Técnica deverá produzir o seu relatório anual de atividades, o qual deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Geral na primeira reunião ordinária do ano.

Subseção V Do Registro das Reuniões

Art. 22. As reuniões da Plenária serão registradas em ata, a ser redigida pela Relatoria.

Art. 23. A ata de reunião deverá ser:

I – aprovada pela Plenária na primeira reunião subsequente;

II – assinada pelo Coordenador e pelo Relator;

III – publicada no Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina – SIRHESC.

Art. 24. A presença das organizações-membro nas reuniões da Câmara Técnica verificar-se-á pela assinatura de seus representantes, titulares ou suplentes, em lista especialmente destinada para este fim ou outro meio de registro de presença, no caso de reuniões por videoconferência, conforme regulamentação

estabelecida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH e Resolução Conjunta SDE/SEMA/DRHS Nº 006/2020.

Parágrafo único. Para efeito de apuração de quórum, considerar-se-á como presente apenas o representante titular de organização-membro ou seu suplente no exercício de titularidade.

Seção III Da Coordenação

Art. 25. A Câmara Técnica será gerida por um Coordenador, eleito dentre os seus membros titulares, na primeira reunião de cada mandato, por maioria simples dos votos dos integrantes presentes.

§1º. Em caso de vacância, será realizada nova eleição, para complemento do mandato em curso, em conformidade com o disposto no *caput* deste artigo.

§2º. Nos seus impedimentos, o coordenador da Câmara Técnica indicará, entre os participantes da Câmara, seu substituto.

Art. 26. O mandato da Coordenação é de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 27. São atribuições do Coordenador:

- I** – representar a Câmara Técnica ativa ou passivamente;
- II** – convocar e presidir as reuniões da Plenária;
- III** – determinar o arquivamento ou a devolução de documentos;
- IV** – submeter aos representantes das organizações-membro da Plenária, expedientes oriundos da Relatoria ou do Comitê;
- V** – requisitar serviços especiais dos representantes das organizações-membro da Plenária e delegar competências;
- VI** – expedir pedidos de informações ao Comitê Camboriú;
- VII** – credenciar, a partir de solicitação dos representantes das organizações-membro da Câmara Técnica, pessoas ou organizações públicas ou privadas para participarem de cada reunião, com direito a voz e sem direito a voto;
- VIII** – supervisionar os trabalhos da Relatoria;
- IX** – solicitar ao Comitê Camboriú que convide para participar das reuniões da Plenária, personalidades e especialistas em função de matéria constante da Ordem do Dia;
- X** – solicitar ao Comitê Camboriú que indique organização-membro para substituir organização-membro em vacância nos termos do art. 37 deste Regimento Interno;
- XI** – exercer outras atribuições inerentes ao cargo;
- XII** – cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno.

Seção IV Da Relatoria

Art. 28. A Câmara Técnica terá um Relator, eleito dentre os seus membros titulares, na primeira reunião de cada mandato, por maioria simples dos votos dos integrantes presentes.

§1º. Em caso de vacância, será realizada nova eleição, para complementação do mandato em curso, em conformidade com o disposto no *caput* deste artigo.

§2º. Nos impedimentos do Relator, o Coordenador da Câmara Técnica indicará, entre os participantes da Plenária, seu substituto.

Art. 29. O mandato da Relatoria é de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 30. São atribuições da Relatoria:

I – secretariar as reuniões da Câmara Técnica, preparar a agenda e elaborar as atas;

II – produzir os atos administrativos decorrentes das deliberações da Plenária;

III – encaminhar as decisões e deliberações tomadas;

IV – organizar a documentação técnica e administrativa de interesse da Câmara Técnica;

V – preparar relatórios, ofícios e demais documentos a serem encaminhados ao Comitê Camboriú ou à instituições externas ao Comitê;

VI – responsabilizar-se pela divulgação dos atos da Câmara Técnica;

VII – formular e encaminhar ao Comitê Camboriú consultas e proposições, bem como o relatório anual de atividades, aprovado pela Plenária;

VIII – submeter a Ordem do Dia à aprovação do Coordenador antes de publicar a convocação da reunião da Plenária;

IX – outras atividades a serem definidas nesse Regimento Interno ou pela Plenária.

Parágrafo único. Para o exercício pleno das atribuições de Relatoria, o Comitê poderá contar com o apoio de Agência de Bacia Hidrográfica, de Entidade Delegatária ou Entidade Executiva.

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS OCUPANTES DA COORDENAÇÃO E DA RELATORIA

Seção I Do Processo Eleitoral e Posse

Art. 31. A eleição para Coordenação e Relatoria será realizada na primeira reunião de cada mandato, por maioria simples dos votos de seus integrantes presentes.

Art. 32. A eleição para Coordenação e Relatoria será realizada em reunião da Plenária, mediante votação aberta.

§1º. Considerar-se-ão eleitos os candidatos que obtiverem maior número de votos.

§2º. No caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 33. A eleição e o exercício dos cargos de Coordenador e Relator deverão ser concomitantes, exceto nas hipóteses de vacância permanente previstas neste Regimento Interno.

Art. 34. A posse do Coordenador e Relator será efetivada com a sua assinatura no Termo de Posse, a qual ocorrerá na própria reunião da Plenária que os elegeu.

Seção II

Da Vacância e Substituição do Coordenador e/ou do Relator

Art. 35. Havendo vacância permanente do cargo de Coordenador ou Relator, eleição de caráter suplementar deverá ser realizada na primeira reunião da Câmara Técnica realizada após a efetivação da vacância.

Parágrafo único. A eleição suplementar visa o preenchimento da vacância até o término do mandato vigente e será realizada nos moldes das eleições regulares, conforme descrito neste capítulo.

Art. 36. O ocupante de cargo na Coordenação ou na Relatoria na Câmara Técnica será desligado de suas funções e seu cargo será considerado vago, se houver:

I – extinção ou desligamento da organização-membro da qual é titular na Câmara Técnica ou no Comitê Camboriú;

II – alteração de representante titular na Câmara Técnica por parte da organização-membro da qual o ocupante do cargo é representante.

Parágrafo único. Havendo o desligamento na hipótese prevista no caput deste artigo, proceder-se-á substituição conforme disposto no artigo 35 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO VI

DA SUBSTITUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES-MEMBRO

Art. 37. A substituição de organização-membro na Câmara Técnica se dará nas seguintes situações:

I – por solicitação da organização-membro;

II – por deliberação da Assembleia Geral;

III – em caso de desligamento da organização-membro no Comitê Camboriú;

IV – por ausências consecutivas nas reuniões da Plenária.

§1º. Nos casos previstos no *caput* deste artigo, a Assembleia Geral do Comitê definirá via Resolução, nova organização-membro para integrar a Câmara Técnica.

§2º. Compete ao Coordenador comunicar ao Comitê Camboriú acerca do desligamento a que se refere o inciso I deste artigo, bem como solicitar à Assembleia Geral a indicação de substituto.

§3º. A ausência das organizações-membro da Câmara Técnica por 3 (três) reuniões consecutivas, justificadas ou não, implicará na exclusão dos representantes e notificação à organização-membro, para substituir seus representantes, titular e suplente.

§4º. Na hipótese prevista no §3º deste artigo, a organização será notificada pelo Coordenador da Câmara Técnica Consultiva, solicitando a substituição do representante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º. Não havendo indicação de novo representante, será realizada a substituição da organização por indicação da Assembleia Geral, conforme disposto no inciso IV deste artigo.

§6º. Havendo reincidência sobre o disposto no §3º deste artigo, a organização-membro será suspensa até que haja deliberação da Assembleia Geral quanto a sua exclusão da Câmara Técnica.

§7º. Na hipótese prevista no §6º deste artigo, a deliberação referida deverá estar incluída na Ordem do Dia da reunião seguinte da Assembleia Geral.

§8º. Havendo deliberação pela permanência da organização-membro com reincidência de faltas consecutivas, justificadas ou não, nas reuniões da Plenária, a suspensão é dada por encerrada e as faltas são consideradas abonadas.

§9º. Havendo deliberação pela exclusão da organização-membro com reincidência de faltas consecutivas, justificadas ou não, nas reuniões da Câmara Técnica, a Secretaria Executiva do Comitê notificará a organização-membro em questão e a Assembleia Geral definirá outra organização-membro a ocupar a vaga em vacância na Câmara Técnica.

CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS PARA APRECIÇÃO DE REQUERIMENTO E EMISSÃO DE PARECER

Art. 38. Os requerimentos de parecer serão encaminhados à Câmara Técnica mediante protocolo na Secretaria Executiva do Comitê Camboriú, devendo ser datados e numerados sequencialmente, a cada ano, cabendo à Relatoria juntamente com a Coordenação, ordená-los e indexá-los e dar os encaminhamentos devidos.

Parágrafo único. Os requerimentos de parecer poderão ser encaminhados à Câmara Técnica pelo próprio Comitê, via Assembleia Geral ou Presidência e, por instituições externas, neste ato denominado de Proponente.

Art. 39. Ao realizar o protocolo do requerimento de parecer, o Proponente deve apresentar os seguintes documentos, quando couber:

I – Mapa de localização do empreendimento com coordenadas geográficas;

II – Projeto(s) básico(s) com a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

III – Projeto(s) executivo(s) com a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

IV – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa aos projetos complementares e;

V – Declaração de Observância do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rios Camboriú e Bacias Contíguas na concepção do documento proposto para análise.

Parágrafo único: O Proponente pode solicitar à Câmara Técnica sugestões e discussões em outras fases de seu empreendimento, como estudos de viabilidade e anteprojetos, não sendo necessário, para tanto, a entrega dos documentos dos itens previstos neste artigo, sendo facultado à Câmara Técnica a emissão de parecer sobre o pedido.

Art. 40. O prazo para análise do requerimento e emissão do respectivo parecer é de até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por no máximo, 15 (quinze) dias, a contar da apresentação em reunião da Câmara Técnica, sendo suspensa a contagem do prazo, no caso de necessidade de apresentação de documentos complementares e/ou esclarecimentos adicionais.

§ 1º. Caso o requerimento envolva documento de alta complexidade, conforme entendimento dos integrantes da Câmara Técnica, é possível deliberar sobre a apresentação de documentos complementares, esclarecimentos adicionais e um prazo maior para a emissão do parecer, sendo este prazo estendido a no máximo, 90 (noventa) dias a contar da primeira reunião da Fase de Análise, conforme disposto no artigo 43 deste capítulo.

§ 2º. A análise do documento proposto deverá estar fundamentada em critérios e diretrizes consentâneos com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contíguas e a legislação vigente.

Art. 41. A apreciação dos requerimentos de parecer constitui rito ordinário que se compõe de três fases:

I - Fase de Instrução;

II - Fase de Análise, e;

III - Fase de Deliberação.

Art. 42. A primeira fase é denominada de Fase de Instrução e compreenderá as seguintes etapas:

I – Verificação por parte do Coordenador da Câmara Técnica do protocolo do requerimento na Secretaria Executiva do Comitê Camboriú;

II – Verificação por parte do Coordenador da Câmara Técnica, se o requerimento foi instruído com os documentos relacionados no art. 39 deste Regimento Interno;

III – Deliberação em reunião da Câmara Técnica sobre o deferimento ou indeferimento do requerimento, justificando sua decisão;

IV – Em caso de deferimento do requerimento, o Coordenador designará o procedimento de análise a ser seguido;

V – Definição por parte da Câmara Técnica de um cronograma prévio para apreciação do requerimento e emissão de parecer.

Art. 43. A segunda fase é denominada de Fase de Análise e compreenderá as seguintes etapas, com ordenamento observando as especificidades de cada caso:

I – Apresentação do requerimento por parte do Proponente à Câmara Técnica em reunião previamente marcada para essa finalidade;

II – Discussão e análise dos documentos apresentados pelo Proponente conforme estabelecido no art. 39 e verificação por parte da Câmara Técnica ante a complexidade do requerimento proposto, da necessidade de entrega de documentos complementares e/ou esclarecimentos adicionais;

III – Entrega à Câmara Técnica, por parte do Proponente, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento do pedido, dos documentos complementares e/ou apresentação dos esclarecimentos adicionais, se for o caso;

IV – Se houver necessidade, será solicitada nova reunião com a participação do Proponente para esclarecer dúvidas sobre a sua execução e atendimento integral ao que dispõe o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contíguas;

V – Finalização da análise documental, discussão e elaboração de parecer conclusivo por parte da Câmara Técnica.

Parágrafo único: É permitido o encaminhamento de parecer preliminar à Presidência com o objetivo de ciência e discussão junto à Assembleia Geral do Comitê Camboriú.

Art. 44. A terceira fase é denominada Fase de Deliberação e compreenderá as seguintes etapas:

I – Leitura do parecer conclusivo sobre a demanda analisada;

II – Deliberação da Câmara Técnica, em votação aberta, sobre a complementação, aprovação ou reprovação do parecer.

Art. 45. Concluída a Fase de Deliberação, será dado ciência do parecer da Câmara Técnica à Presidência do Comitê Camboriú, à qual submeterá sua discussão à Assembleia Geral que poderá aprová-lo integralmente ou aprová-lo com sugestões de alterações e/ou complementações, mediante Deliberação, ou reprová-lo.

§ 1º. Caso a Presidência tenha considerações a fazer em relação ao parecer em questão, deverá apresentá-las em separado, quando da discussão e deliberação do parecer na Assembleia Geral do Comitê.

§ 2º. O Proponente deverá ser convidado pela Relatoria, em conjunto com a Secretaria Executiva do Comitê, a participar da Assembleia Geral que apreciará o parecer emitido pela Câmara Técnica.

§ 3º Eventuais alterações ou complementações no parecer, solicitadas pela Assembleia Geral, após sua discussão, deverão ser analisadas pela Câmara Técnica no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da referida Assembleia Geral, que emitirá então, o seu Parecer final para os devidos encaminhamentos, conforme art. 38 deste capítulo.

§ 4º Todos os pareceres emitidos pela Câmara Técnica e aprovados pela Assembleia Geral do Comitê deverão ser publicados pela Relatoria no Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina – SIRHESC, acompanhados de respectiva Deliberação de aprovação pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46. A extinção da Câmara Técnica se efetivará por Resolução da Assembleia Geral, com base em proposta fundamentada.

Art. 47. As alterações deste Regimento Interno somente poderão ser realizadas pela Assembleia Geral do Comitê Camboriú, por maioria simples, com base em proposta fundamentada pela Plenária da Câmara Técnica.

Art. 48. As organizações-membro da Câmara Técnica que praticarem, em nome deste, atos contrários à lei ou às disposições do presente Regimento Interno, responderão pessoalmente por esses atos.

Art. 49. Na aplicação deste Regimento Interno, as dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela Plenária, em primeira instância, e pela Assembleia Geral do Comitê Camboriú, em segunda instância.

Art. 50. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina - SIRHESC.